JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.490 – Brasília, terça-feira, 7 de novembro de 2006

Jane Araújo

Renan (*E*) discursa no Tribunal de Contas do Município do Rio: apelo ao entendimento

Condecorado, Renan volta a defender agenda positiva

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou ontem sua posição em busca de entendimento entre os parlamentares para votar matérias que se incluam numa agenda positiva para o país. Ao receber o Colar do Mérito Ministro Victor Nunes Leal, em reconhecimento a relevantes serviços prestados ao sistema Tribunal de Contas, Renan disse que cabe ao presidente da República, reeleito, estimular os debates e a votação de mudanças. Segundo o presidente do Senado, cabe também a Lula construir relação institucional com os partidos, mesmo os da oposição – "e criar condições para a governabilidade, pré-requisito da estabilidade política e econômica". Renan fez um balanço positivo das atividades legislativas do Senado. **Página 3**

Reestimativa de receitas deve sair na próxima semana

O relator-geral do Orçamento da União para 2007, senador Valdir Raupp, afirmou ontem, em Florianópolis, que espera fechar na próxima semana novos números da arrecadação federal no próximo ano. "O esforço é no sentido de identificar novas fontes, mas sem criar nenhum mecanismo artificial para geração de receitas", disse. **Página 3**

Comissão examina projeto que pune crime de internauta

Projeto que tipifica crimes cometidos contra pessoas ou empresas via internet deve ser examinado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. De autoria do senador Eduardo Azeredo, a proposta obriga os provedores a exigirem identificação de todas as pessoas no ato da assinatura de contrato para uso da rede. Prevê pena de um a quatro anos para quem difundir vírus, clonar cartão ou roubar senha. **Página 3**

DEVOLUÇÃO GARANTIDA CORREIOS

Impresso Especial 5362005/DR/BSB SENADO FEDERAL CORREIOS

CPI começa a ouvir ex-ministros da Saúde

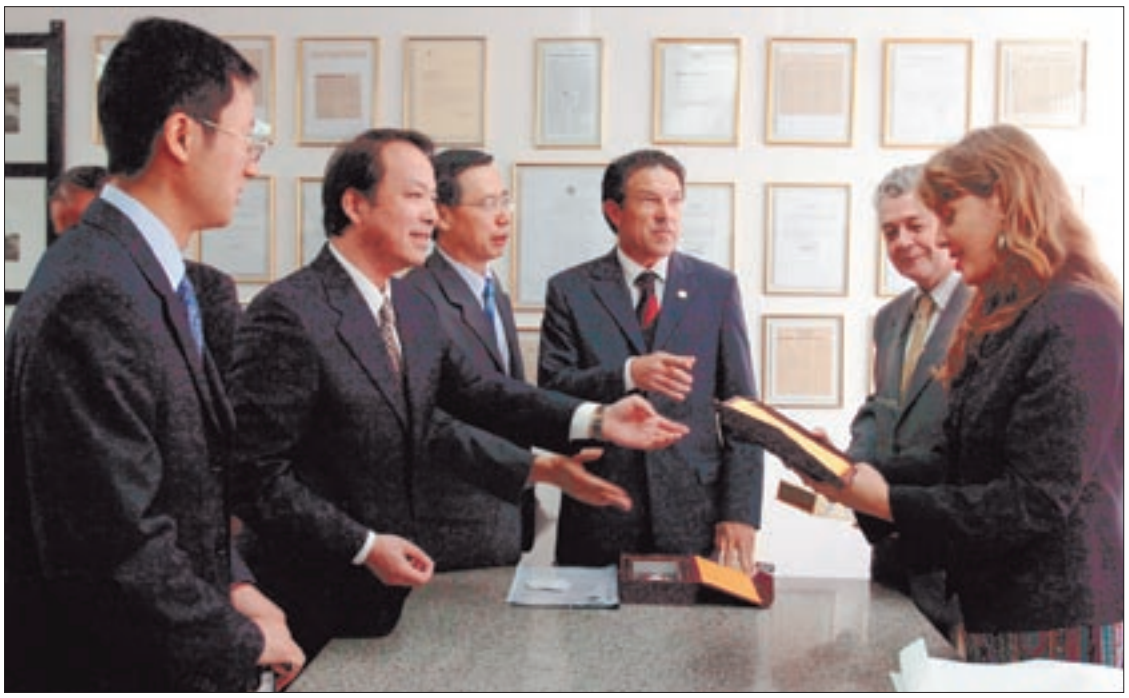
Na condição de convidados, José Serra, Barjas Negri, Humberto Costa e Saraiva Felipe poderão esclarecer denúncias que envolvem ministério no caso das ambulâncias

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas esperava ouvir nesta semana quatro ex-ministros da Saúde: José Serra, Barjas Negri, Humberto Costa e Saraiva Felipe. A audiência do governador eleito de São Paulo, José Serra, está marcada para hoje, a partir das 11h. Entretanto, ele se encontra nos Estados Unidos e só deverá voltar ao Brasil na próxima semana. Para as 15h, está previsto depoimento de Barjas Negri, que sucedeu Serra durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Os parlamentares querem esclarecimentos dos dois sobre denúncias de envolvimento do Ministério da Saúde, durante suas gestões, no esquema de compra superfaturada de ambulâncias com uso irregular de recursos do Orçamento. Serra esteve à frente do Ministério da Saúde no período de março de 1998 a fevereiro de 2002. Já Barjas Negri comandou a pasta entre fevereiro e dezembro de 2002.

Amanhã, às 11h, está previsto o depoimento de Humberto Costa, que ocupou o cargo de janeiro de 2003 a julho de 2005. À tarde, a partir das 15h, o colegiado poderá ouvir os esclarecimentos de Saraiva Felipe, designado em julho de 2005 e que se afastou do ministério em março deste ano.

Os ex-ministros da Saúde foram convidados, e não convocados, pela CPI, o que significa que não são obrigados a comparecer à comissão.



Célio Azevedo

Valéria Ribeiro, ao lado de Armando Rollemberg e Agaciel Maia, assina acordo com representantes da agência Xinhua

Agência Senado faz convênio com estatal chinesa

A Agência Senado fez ontem seu primeiro acordo internacional. Firmado com a estatal de notícias chinesa Xinhua, o convênio estabelece que cada uma das agências poderá usar matérias produzidas pela outra, desde que citada a fonte. Serão criados *links* nas páginas da internet das duas agências, direcionando os leitores. Órgão oficial do governo da China, a agência Xinhua foi fundada em 1931 e conta com quase 10 mil funcionários em todo o mundo. **Página 2**

Cooperação em torno do uso de informações produzidas pelo Senado e pelo governo chinês amplia relações bilaterais

Assunção Costa

Da direita para a esquerda, Valéria, Armando e Agaciel recebem a delegação chinesa

Agência Senado e estatal de notícias da China firmam convênio

A Agência Senado e a agência estatal de notícias chinesa Xinhua firmaram ontem um convênio de cooperação para o intercâmbio de material jornalístico. Por meio do acordo, que não envolve custos financeiros, cada uma das agências poderá usar matérias produzidas pela outra, desde que citada a fonte. Serão ainda criados *links*, nas páginas na internet de cada uma das duas agências, direcionando os leitores interessados nos serviços de notícias das mesmas.

Esse foi o primeiro convênio internacional firmado pela Agência Senado, como lembrou a diretora do órgão, Valéria Ribeiro. A assinatura do documento, afirmou, abre um novo movimento de expansão do órgão, que deu início, em maio, ao seu serviço internacional, com a divulgação de notícias em inglês e espanhol.

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, destacou o aspecto inovador do sistema de comunicação da Casa, tomado como modelo por Legislativos de diversos países da América do Sul. Por sua vez, o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Armando Rollemberg, ressaltou o caráter "estratégico" da relação com a China e classificou o sistema de comunicação da Casa como "instrumento de transparência e cidadania".

O vice-presidente da Xinhua, Ping He, observou que a assinatura do convênio representa a nova fase do relacionamento entre Brasil e China.

– A cooperação permitirá aumentar o conhecimento e a amizade entre os dois povos – disse.

Órgão oficial do governo da República Popular da China, a agência Xinhua foi fundada em 1931 e conta com quase 10 mil funcionários em todo o mundo. No Brasil, há cinco correspondentes e outros quatro jornalistas brasileiros contratados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço **www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx**

Sessão deliberativa do Plenário às 14h

O Senado realiza sessão deliberativa às 14h. O primeiro item da pauta é o projeto do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (PLC 100/06). Também está na agenda proposta de emenda à Constituição que atribui ao Senado competência para indicar diretores das agências reguladoras (PEC 66/05).

CAE analisa projeto que muda regra para deduções do Imposto de Renda

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne às 10h para discutir pauta de 31 itens, entre os quais o projeto que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas para permitir a dedução de despesas com doações a instituições filantrópicas. Outro item a ser analisado é o projeto que inclui obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias.

Também está agendada para hoje, às 14h, reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, criada no âmbito da CAE, a fim de debater os prejuízos causados à sociedade pelas ações de liquidação de bancos.

Ex-ministros falam à CPI dos Sanguessugas

A CPI dos Sanguessugas tomará os depoimentos de quatro ex-ministros da Saúde: Barjas Negri, hoje, às 15h; Humberto Costa, amanhã, às 11h; Saraiva Felipe, também amanhã, às 15h; e José Serra, que está nos Estados Unidos e poderá ser ouvido na próxima semana.

Comissão de Educação discute acesso ao FGTS

Entre as propostas a serem discutidas pela Comissão de Educação (CE), que se reúne às 11h, está o projeto que altera lei sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prevendo, entre outras possibilidades, a utilização dos recursos do fundo para pagamento de anuidades escolares e aquisição de lote urbanizado.

Prazo para uso do biodiesel em debate na CI

Às 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) discute alteração na lei que dispõe sobre a utilização do biodiesel na matriz energética brasileira. A proposta, de autoria de César Borges (PFL-BA), relatada por Rodolpho Tourinho (PFL-BA), tem como objetivo antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório do biodiesel ao óleo diesel.

Seminários sobre o Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza em Belo Horizonte o segundo seminário regional para discutir a proposta orçamentária para 2007. Amanhã o debate acontece em Brasília; na quinta-feira, em Manaus; e na sexta-feira, no Recife.

Audiência sobre acidente aéreo

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realiza audiência pública, às 11h30, sobre as investigações que vêm sendo realizadas para apurar as causas do acidente aéreo com o Boeing 737-800 da Gol.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, e Miquéas D. de Morais
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail*: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes e Roberto Cavalcanti

CCJ vai examinar projeto que pune crimes cometidos via internet

Célio Azevedo

Azeredo explica que usuários só serão identificados em caso de processo judicial

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode examinar amanhã substitutivo de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projetos que tipificam crimes cometidos contra pessoas ou empresas via internet. A difusão de vírus digital, o uso de cartão clonado, o roubo de senhas e outros crimes passam a ser punidos com pena de um a quatro anos.

Azeredo juntou partes de outras três propostas e acrescentou novos itens. Os projetos originais – PLS 76/00, PLS 137/00 e PLC 89/03 – foram apresentados pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) e pelo deputado Luiz Piauhylino (PDT-PE). O substitutivo obriga os provedores de internet a exigirem identificação cadastral de todas as pessoas ao assinarem contrato para uso da rede mundial de computadores, e a arquivarem por três anos todos os acessos e conteúdo de internautas. Os provedores ficarão obrigados a entregar os dados em caso de processo judicial de alguma pessoa ou empresa ofendida.

Nada impede que as pessoas continuem usando nomes fictícios em seus bate-papos, mas, se forem acusadas de crime, serão identificadas. Para Azeredo, o projeto não cria nenhuma censura.

– Hoje, a internet é um território sem lei. Os bons usuários pagam pelos maus – justifica.

Renan e ACM são condecorados pelo sistema Tribunal de Contas

Ao receber, ontem, no Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, o Colar do Mérito Ministro Victor Nunes Leal, em reconhecimento a relevantes serviços prestados ao sistema Tribunal de Contas, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou sua posição de buscar entendimento entre os parlamentares para viabilizar a votação de matérias que componham uma agenda positiva para o país, como o Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequena Porte, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, a regulamentação da reforma do Judiciário, e as reformas tributária e política.

Renan salientou ainda o papel do presidente Lula na construção de uma nova relação institucional entre governo e partidos.

– Cabe, agora, ao presidente reeleito estimular os debates e a votação de mudanças; construir uma nova relação institucional com os partidos, mesmo os de oposição; e criar condições para a governabilidade, pré-requisito da estabilidade política e econômica.

Jane Araújo

Em cerimônia no Rio de Janeiro, Renan volta a defender agenda positiva para o país

Como orador dos homenageados de 2006, o presidente do Senado destacou a contribuição política do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que também recebeu o colar de mérito no evento. Na opinião de Renan, o senador "é uma das grandes referências do Congresso Nacional".

Novos números referentes à arrecadação federal para o ano que vem devem possibilitar ao menos a acomodação dos gastos com emendas coletivas ao Orçamento

Reestimativa de receitas pode sair na próxima semana

O relator-geral do Orçamento da União para 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), adiantou que consultores do Senado e da Câmara estão perto de fechar uma reestimativa das receitas previstas para o ano que vem pelo governo na proposta encaminhada ao Congresso, o que vai possibilitar ao menos a acomodação dos gastos com as emendas coletivas, em torno de R$ 7,8 bilhões. "O esforço é no sentido de identificar novas fontes, mas sem criar qualquer mecanismo artificial para geração de receitas", destacou.

O Congresso trabalha neste ano com margem reduzida para reestimar as receitas, uma vez que o governo incluiu na proposta orçamentária receitas atípicas antes desconsideradas. No ano passado, as receitas foram ampliadas em R$ 16 bilhões. Para o atendimento das emendas individuais, estão assegurados R$ 2,97 bilhões na reserva de contingência. Mas o relator não tem como responder se será também possível ampliar os gastos para ressarcir os estados exportadores pelas isenções de ICMS previstas na Lei Kandir. Ainda falta R$ 1,3 bilhão para que a despesa alcance o patamar programado para este ano, de R$ 5,2 bilhões, enquanto os governadores vêm apontando perdas acima de R$ 10 bilhões anuais. Raupp diz preferir esperar o resultado de negociações que devem ser estabelecidas em breve entre os chefes dos Executivos estaduais e o governo federal. Na pauta, além de nova regulamentação para a Lei Kandir, entra em discussão uma forma de alívio às dívidas dos estados com a União.

Roosewelt Pinheiro

Raupp participa de seminários regionais para discussão do Orçamento

Raupp fez o anúncio em Florianópolis, onde participou ontem do primeiro dos cinco seminários regionais para debate da proposta orçamentária com a sociedade civil. Hoje, a audiência será em Belo Horizonte; amanhã, em Brasília; na quinta, em Manaus; e, na sexta, no Recife.

Suplicy requer voto contra medidas dos EUA para deter imigração

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai examinar nesta quinta-feira, a partir das 9h30, o requerimento 592/06, de Eduardo Suplicy (PT-SP), que apresenta voto instando o governo e o Congresso Nacional dos Estados Unidos a reverterem as recentes medidas anunciadas contra os imigrantes, incluindo a construção de um muro na fronteira com o México e o aumento do efetivo militar para deter o fluxo migratório. "São medidas draconianas de repressão típicas de guerra", protestou o senador.

O relator da matéria, Roberto Saturnino (PT-RJ), que preside a CRE, é favorável, mas apresentou emenda transformando o requerimento em voto de solidariedade a todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante. Conforme Saturnino, a aprovação de um voto instando os Estados Unidos a reverem posições políticas, como deseja Suplicy, pode ser interpretada como violação ao princípio da não-intervenção estabelecido pela Constituição brasileira. A matéria, se aprovada pela comissão, será submetida ao Plenário.

Roosewelt Pinheiro

Proposta de Suplicy será examinada pela Comissão de Relações Exteriores na quinta

A CRE deve votar ainda projeto de José Jorge (PFL-PE) que isenta de taxas pela prestação de serviços para registro e expedição de porte de arma de fogo as empresas de segurança privada e de transporte de valores (PLS 64/06).

Senado homenageia a ciência a serviço da paz e do desenvolvimento

Em sintonia com os esforços da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na disseminação do papel da ciência a serviço da paz, o Senado realiza amanhã, às 14h, sessão em homenagem ao Dia Mundial pela Paz e o Desenvolvimento.

Entre os convidados estão o embaixador da Unesco no Brasil, Vincent Defourn, o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Enio Candotti, e o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Mário Krieger. O requerimento para a realização da reunião é de autoria de Flávio Arns (PT-PR), presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Educação (CE).

A data é celebrada anualmente pela Unesco no dia 10 de novembro, desde 2002, por resolução de sua 31ª Conferência, com o objetivo de relembrar o compromisso com a ciência pela paz e desenvolvimento assumido por ocasião da Conferência Mundial sobre Ciência, ocorrida em Budapeste em 1999. O evento visa também enfatizar o uso responsável da ciência para benefício da sociedade, e ampliar a consciência pública sobre sua importância.

Evento

Segundo informações da assessoria de Arns, a subcomissão irá participar, com outras 13 entidades, de encontro organizado pela Unesco no Senac-Brasília, na quinta e sexta-feira, em horário comercial, para celebrar a data. Na oportunidade, haverá palestras, exposições e oficinas. A subcomissão exibirá um vídeo institucional com os trabalhos realizados e discutirá temas como a construção da Usina Nuclear Angra 3, bioética e nanotecnologia.

Roosewelt Pinheiro

Flávio Arns é o autor do requerimento para a realização de sessão especial

Senador afirma que mudanças no quadro político na Bahia e em Sergipe, que eram contrários à obra, favorecem agora execução do empreendimento no São Francisco

Novo projeto vai agilizar a transposição, diz Cavalcanti

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) elogiou ontem, em discurso no Plenário, a decisão do governo federal de modificar o edital de execução da transposição do rio São Francisco, com o objetivo de agilizar a obra, conforme notícia divulgada ontem pelo jornal *Valor Econômico*.

O senador fez um breve histórico dos projetos de transposição, lembrando que as primeiras propostas apresentadas não previam a revitalização do São Francisco, além de preverem a captação de um volume muito elevado de água, o que poderia prejudicar o rio. O projeto atual, ressaltou Cavalcanti, além de revitalizar o rio, vai captar apenas 26 metros cúbicos por segundo, de forma contínua, captando excedentes quando houver vertimento da barragem de Sobradinho.

Geraldo Magela

Segundo Roberto Cavalcanti, nova proposta inclui revitalização do rio

O projeto, explicou Roberto Cavalcanti, beneficiará até 12 milhões de pessoas, em seis bacias hidrográficas, integrando os açudes de Castanhão, Armando Ribeiro Gonçalves, Santa Cruz, Epitácio Pessoa, Engenheiro Ávidos, Poço da Cruz e Entremontes.

O novo edital será antes examinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme o parlamentar. Ele salientou que, do ponto de vista legal, o governo não precisaria enviar o edital ao TCU, mas o fará para evitar que, posteriormente, haja contestações.

Segundo Cavalcanti, o projeto, que já obteve licença ambiental para o início das obras, foi aperfeiçoado do ponto de vista técnico e aprimorado em seus aspectos físicos e ambientais.

O senador paraibano assinalou ainda que as mudanças no quadro político, especialmente na Bahia e em Sergipe, estados que se mostraram contrários à aprovação da transposição no transcorrer do ano, favorecem agora sua aprovação, pois as exigências desses foram contempladas no novo projeto.

Lobão aponta consolidação da democracia brasileira

Edison Lobão (PFL-MA) destacou a "robustez" da democracia brasileira evidenciada ao final das eleições de 2006. O parlamentar lembrou ser esta a sexta eleição direta para presidente da República após a redemocratização do país. Na comparação com o período democrático anterior ao regime militar (1945 a 1964), a Nova República já contabilizaria um maior número de pleitos consecutivos.

– Desde a promulgação da Constituição de 1988, as instituições democráticas fincaram raízes progressivamente, bem como desenvolveram práticas políticas das mais representativas do mundo liberal – avaliou Lobão.

O desafio agora, conforme sinalizou, é tocar as medidas necessárias ao aprimoramento institucional e econômico do país. Além de dar continuidade à reforma do Judiciário, o senador entende que o Congresso deve aprofundar a discussão da reforma tributária e promover uma reforma política que reorganize os procedimentos da prática partidária.

Roosewelt Pinheiro

Instituições democráticas fincaram raízes progressivamente desde 1988, diz Lobão

– O Brasil só terá chances de se desenvolver e progredir se forem respeitados princípios constitucionais que garantam, inclusive, o cumprimento da probidade pública por parte de todos. Nessa ordem, cabe à Justiça zelar por tais princípios e punir os que deles se afastam; cabe ao Legislativo cunhar leis que os aprimorem; e cabe, por fim, ao Executivo realizar ações dentro do quadro legal aprovado – afirmou Edison Lobão.

Senador participará da Assembléia Euro-Latino-Americana

A reunião de constituição da Assembléia Parlamentar Euro-Latino-Americana, a se realizar amanhã e quinta-feira na sede do Parlamento Europeu, em Bruxelas, capital da Bélgica, terá o senador Roberto Cavalcanti como representante do Senado Federal. A comitiva parlamentar brasileira será integrada ainda pelos deputados federais Ney Lopes (PFL-RN), presidente do Parlamento Latino-Americano (Parlatino); Laura Carneiro (PFL-RJ); Maria Helena (PSB-RR); e Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

Após reuniões preparatórias entre membros da delegação latino-americana e grupos políticos do Parlamento Europeu, as autoridades presentes ao evento deverão aprovar a Ata Constitutiva e o Regulamento Provisório da Assembléia Parlamentar Euro-Latino-Americana. De acordo com o regulamento, esse organismo birregional contará com 60 parlamentares europeus e igual número de representantes latino-americanos.

O encontro de Bruxelas terá ainda debates em três comissões temáticas: de Assuntos Exteriores, Seguridade e Direitos Humanos; de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais; e de Assuntos Sociais, Intercâmbios Humanos, Meio Ambiente, Educação e Cultura. A assembléia deverá atuar na promoção e aprofundamento das relações birregionais nessas áreas.

Papaléo festeja Dia Nacional da Língua Portuguesa

Papaléo Paes (PSDB-AP) festejou em Plenário o Dia Nacional da Língua Portuguesa, ocorrido no domingo, 5 de novembro. A data foi definida em projeto de sua autoria, em vigor desde junho, e esta é a primeira vez em que houve comemoração. O parlamentar lembrou que a data foi escolhida por ser aniversário de nascimento de Rui Barbosa, "grande defensor do idioma, que o empregou com maestria na abolição da escravatura e na proclamação da República".

Papaléo disse que o português é falado por cerca de 200 milhões de pessoas, de oito países – Brasil, Portugal, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor Leste. Ele informou que a idéia do projeto de comemoração é do professor Raimundo Pantoja Lobo, do Amapá.

– Nossa língua é o elemento central do patrimônio cultural brasileiro. A melhor forma de protegê-la consiste em uma atitude afirmativa, que promova e divulgue as suas incontáveis riquezas – recomendou.

Para o senador, o Brasil tem a maior responsabilidade quanto aos destinos do português, pelo tamanho de sua população e por sua importância político-econômica e geoestratégica.

Geraldo Magela

Data foi definida em projeto de Papaléo e marca nascimento de Rui Barbosa

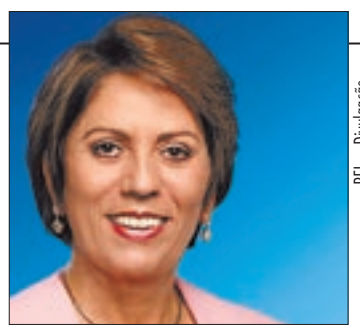
– "O futuro da língua portuguesa é aquele que o Brasil quiser", afirmou recentemente um renomado pesquisador da Universidade de Coimbra, professor Carlos Reis – ponderou Papaléo, informando que tramitam no Congresso vários projetos que buscam defender o idioma, ameaçado principalmente pela força do inglês.

Papaléo Paes destacou que essa preocupação não é apenas brasileira e que muitos países vêm adotando medidas para contrabalançar a presença do inglês. O parlamentar reafirmou que o caminho para isso passa pela adoção de medidas afirmativas "que mobilizem o imenso potencial de sedução" do português.

Rosalba Ciarlini atuará em defesa dos municípios

A senadora eleita Rosalba Ciarlini (PFL-RN), em entrevista à TV Senado na última sexta-feira, defendeu investimentos em saneamento básico como política preventiva de saúde para melhorar a qualidade de vida da população. Ela afirmou que pautará sua atuação parlamentar na defesa do municipalismo.

A futura senadora, que é pediatra e foi prefeita de Mossoró – segunda maior cidade do Rio Grande do Norte – em três mandatos, disse que sua participação na política é conseqüência do trabalho pela redução da mortalidade e da desnutrição nas comunidades da periferia, juntamente com a Pastoral da Criança.


PFL – Divulgação

Rosalba quer mais investimentos federais em saneamento básico

– Como prefeita, senti na pele as dificuldades que vivenciamos nas cidades do interior em promover ações de saúde – assinalou Rosalba Ciarlini, para quem o Sistema Único de Saúde (SUS) precisa ser fortalecido e receber mais recursos.

Rosalba afirmou que sua experiência no Executivo será valiosa para seu trabalho no Senado, pois já conhece as dificuldades dos municípios.